

Sul América Companhia Nacional de Seguros
CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizam o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se deprecia. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central encontra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou de US\$104,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes, que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento.

2. Principais informações financeiras: A Companhia contabilizava no balanço patrimonial a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) para seguros, cessosseguros, resseguros, IOF e comissão pelo valor líquido. Com o objetivo de melhor apresentar aos usuários de suas demonstrações financeiras, a Companhia mudou sua prática contábil e passou a fazer os registros contábeis da PCLD no balanço patrimonial pelos valores brutos, mantendo a forma de contabilização pelo valor líquido no resultado. Os registros contábeis da aquisição da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (SULACAP) pela controlada indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo representado nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora Sul América S.A. (SASA), através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento

sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e em 24 de novembro de 2015 a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está representando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente são apresentados na nota 2.2 das Notas Explicativas.

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação
Prêmios emitidos	3.876,9	3.475,9	11,5%
Prêmios ganhos	3.632,0	3.353,0	8,3%
Sinistros ocorridos	(2.175,9)	(2.026,2)	7,4%
Custos de aquisição	(785,5)	(712,3)	10,3%
Margem bruta	670,6	614,5	9,1%
Resultado antes dos impostos e participações	676,2	601,9	12,4%
Lucro líquido	612,4	527,5	16,1%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2015, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,9 bilhões, 11,5% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,2 bilhões, 7,4% acima do número apresentado em 2014. Os custos de aquisição somaram R\$785,5 milhões, aumento de 10,3% frente ao ano anterior. Neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R\$612,4 milhões, com aumento de 16,1% em relação a 2014.

3.1. Vendas e marketing: A Companhia comercializa um amplo portfólio de produtos e serviços, distribuído através de uma extensa rede de corretores, coordenados por sua área comercial. O grupo investiu no apoio aos seus parceiros aprimorando e ampliando sua presença nas principais cidades do país.

3.2. Pessoas: Em 2015, com base na revisão de missão, visão, valores e competências, a Companhia investiu no desenvolvimento de toda a liderança para mobilização e engajamento das equipes. Nesse ano, fortalecemos o processo de gestão de desempenho, alinhado a entrega de resultados, à meritocracia e às competências organizacionais.

3.3. Sustentabilidade: Os temas relacionados à sustentabilidade tiveram força ainda mais ativa na Companhia. Diversas iniciativas foram implementadas no sentido de que o mercado no qual a Companhia está inserida se torne um influenciador na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta para o futuro. A gestão para a sustentabilidade na Companhia é dividida em três frentes de atuação: integração de questões ambientais, sociais e de governança (ASG) aos produtos e serviços, engajamento de stakeholders e gestão do investimento social.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto: Em 21 de maio de 2015, a SASA divulgou ao mercado um fato relevante por meio do qual informou ter celebrado, em conjunto com suas controladas Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR) e a Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Ações (Contrato) com a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A. (AXA), naquela data, tendo por objeto a alienação, para a AXA, de 100% das ações representativas do capital social da controlada Sul América Companhia de Seguros Gerais (SASG), cuja atual razão social passou a ser AXA Corporate Solutions Seguros S.A., que é uma sociedade seguradora que opera no ramo de seguros DPVAT e que após a cisão parcial da Companhia e incorporação da parcela cindida pela AXA Corporate Solutions Seguros S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2015, passou a reunir também a carteira de grandes riscos de ramos elementares. A carteira de grandes riscos é composta por apólices que oferecem cobertura nos ramos de incêndio, transportes, responsabilidade civil, riscos nomeados, riscos operacionais, riscos de engenharia, riscos diversos e cascos. No

contexto da operação, a Companhia e a AXA firmaram um acordo que estabelece os princípios de cooperação comercial entre as duas partes, objetivando ampliar a colaboração recíproca já existente na distribuição de produtos que complementem seus respectivos portfólios, em especial os ramos que constituem a carteira que foi objeto desta transação. Em 28 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar informando que implementada todas as condições precedentes aplicáveis, incluindo as pertinentes aprovações regulatórias, foi efetivada e consumada a venda para a AXA de 100% das ações da SASG. Mais detalhes referentes às reformulações mencionadas anteriormente são apresentados na nota 1.1 das Notas Explicativas. Em 08 de julho de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado informando que sua controlada, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Companhia), celebrou com a Pan Seguros S.A. (PAN), na referida data, contrato de cessão e transferência parcial de carteira de seguro habitacional e outras avenças. A carteira está distribuída em Apólices de Mercado (SH/AM – ramos 61, 65 e 68), constituída pela apólice coletiva de SH/AM contratada pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de estipulante. O preço final da operação foi calculado sobre toda a carteira de Apólices de Mercado, não sendo aplicável o seu desmembramento por ramos. A inserção ou retirada de qualquer um dos ramos que compõem a carteira poderia mudar de forma relevante o preço final. Em 29 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar, com o objetivo de divulgar que a transferência das apólices para a PAN foi concluída. Mais detalhes referentes às reformulações mencionadas anteriormente são apresentados na nota 1.2 das Notas Explicativas.

5. Investimentos: Em 31/12/2015, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAUDE), no montante de R\$2.359,9 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”: Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação: Em 31/12/2015 e 2014, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição (R\$ milhões)	2015	2014
Lucro antes dos impostos e participações	676,2	601,9
(-) Impostos e contribuições	(41,8)	(58,1)
(-) Participações	(22,1)	(16,3)
Lucro líquido do exercício	612,4	527,5
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	7,0	(3,9)
Lucro líquido do exercício após compensações	619,3	523,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(31,0)	(26,2)
Lucro líquido ajustado	588,4	497,4
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	147,1	124,4
(-) Dividendos antecipados considerados nos dividendos obrigatórios	4,7	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido considerado nos dividendos		
Bruto	140,3	113,1
Imposto de renda	165,0	133,0
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	(24,8)	(20,0)
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	2,1	11,3
416,5	353,1	

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 01 de janeiro de 2014
(em milhares de reais)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante	–	3.505.117	4.171.540	3.506.880
Disponível	–	19.952	44.795	34.192
Caixa e bancos	–	19.952	44.795	34.192
Aplicações	6,1	1.622.932	1.729.265	1.323.865
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	893.491	846.388	840.891
Prêmios a receber	7,1	872.709	803.850	803.246
Operações com seguradoras	–	9.303	21.675	20.014
Operações com resseguradoras	8,1	11.479	20.863	17.631
Outros créditos operacionais	10	361.462	733.446	495.647
Ativos de resseguro e retrocessão	8,2	34.693	306.628	273.268
Títulos e créditos a receber	–	106.678	94.647	166.705
Títulos e créditos a receber	–	34.739	21.787	75.981
Créditos tributários e previdenciários	9,1	23.831	13.763	21.693
Outros créditos	20,1	48.108	59.097	69.031
Outros valores e bens	11	61.984	48.204	36.447
Bens a venda	–	61.984	48.204	36.447
Despesas antecipadas	–	10.590	19.375	18.578
Custos de aquisições diferidos	12	393.335	348.792	317.287
Seguros	–	393.335	348.792	317.287
Ativo não circulante	–	4.311.771	3.482.740	3.089.941
Realizável a longo prazo	–	1.849.438	1.268.343	1.257.125
Aplicações	6,1	167.473	152.639	246.722
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	72	811	521
Prêmios a receber	7,1	–	209	–
Operações com resseguradoras	8,1	72	602	521
Outros créditos operacionais	10	550.197	–	–
Ativos de resseguro e retrocessão	8,2	66.088	119.131	119.193
Títulos e créditos a receber	–	1.061.629	988.602	883.108
Créditos tributários e previdenciários	9,1	221.419	196.394	186.496
Depósitos judiciais e fiscais	21,1	828.966	779.685	682.686
Outros créditos operacionais	–	11.244	12.523	13.926
Despesas antecipadas	–	1.013	3.072	3.968
Custos de aquisição diferidos	12	2.966	4.088	3.613
Seguros	–	2.966	4.088	3.613
Investimentos	–	2.360.326	2.098.695	1.717.129
Participações societárias	13	2.359.948	2.098.356	1.714.558
Imóveis destinados a renda	–	37	37	2.184
Outros investimentos	–	341	302	387
Imobilizado	–	34.765	41.778	40.389
Imóveis de uso próprio	–	1.212	1.672	98
Bens móveis	–	17.952	21.916	20.886
Outras imobilizações	–	15.601	18.190	19.405
Intangível	14	67.242	73.924	75.298
Outros intangíveis	–	67.242	73.924	75.298
Total do ativo		7.816.888	7.654.280	6.596.821
Passivo				
Passivo circulante	–	3.014.429	3.341.832	3.066.811
Contas a pagar	–	392.597	320.740	289.098
Obrigações a pagar	15,1	217.686	192.013	159.096
Impostos e encargos sociais a recolher	–	73.313	66.398	65.311
Encargos trabalhistas	–	17.546	14.813	13.988
Impostos e contribuições	–	24.948	6.346	6.264
Outras contas a pagar	15,2	59.104	41.170	44.439
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	135.832	330.798	362.897
Prêmios a restituir	–	1.809	1.905	8.794
Operações com seguradoras	–	19.940	37.582	72.184
Operações com resseguradoras	8,1	6.217	75.809	91.852
Corretores de seguros e resseguros	16	81.373	74.446	67.604
Outros débitos operacionais	10	26.493	141.056	122.463
Depósitos de terceiros	17	52.808	67.111	20.211
Provisões técnicas - Seguros	–	2.408.492	2.581.898	2.359.799
Danos	18,1	2.406.064	2.577.118	2.357.294
Pessoas	18,1	2.428	4.780	2.505
Outros débitos	–	24.700	41.285	34.806
Provisões judiciais	21,2	24.700	41.285	34.806
Passivo não circulante	–	953.573	844.508	784.939
Contas a pagar	–	339.763	314.297	300.732
Obrigações a pagar	15,1	339.763	314.147	296.506
Outras contas a pagar	15,2	–	150	4.226
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	99.800	56	–
Corretores de seguros e resseguros	16	–	56	–
Outros débitos operacionais	10	99.800	–	–
Provisões técnicas - Seguros	–	224.644	271.489	260.723
Danos	18,1	223.518	270.656	260.526
Pessoas	18,1	1.126	833	197
Outros débitos	–	289.366	258.666	223.484
Provisões judiciais	21,2	289.366	258.666	223.484
Patrimônio líquido	–	3.848.886	3.467.940	2.745.071
Capital social	22,1	1.956.762	1.738.524	1.650.000
Aumento de capital em aprovação	–	–	238.750	–
Reservas de capital	–	(24.955)	(24.955)	(30.173)
Reservas de lucros	–	2.003.046	1.562.533	1.178.749
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(85.967)	(46.912)	(53.505)
Total do passivo		7.816.888	7.654.280	6.596.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2014	1.650.000	–	(4.147)	19.463	1.156.808	1.176.271	(51.753)	–	2.770.371
Reflexo reversão de combinação de negócio de controladas (nota 2.2.2)	–	–	(26.026)	–	2.478	2.478	(1.752)	–	(25.300)
Saldos ajustado em 01/01/2014 (Reapresentado)	1.650.000	–	(30.173)	19.463	1.159.286	1.178.749	(53.505)	–	2.745.071
Aumento de capital conforme RCA de 31/03/2014	–	88.524	–	–	–	–	–	–	88.524
Aumento de capital conforme AGE de 30/07/2014	–	128.078	–	–	–	–	–	–	128.078
Aprovação do aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 50, de 02/09/2014	88.524	(88.524)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 30/09/2014	–	65.349	–	–	–	–	–	–	65.349
Aumento de capital conforme AGE de 29/12/2014	–	45.323	–	–	–	–	–	–	45.323
Outros ajustes	–	–	–	–	–	–	–	614	614
Deságio em transação de capital	–	–	5.218	–	–	–	–	–	5.218
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	6.593	–	6.593
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	527.471	527.471
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	–	–	–	26.179	–	26.179	–	(26.179)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	353.104	353.104	–	(353.104)	–
Reflexo - reversão de combinação de negócio (nota 2.2.1)	–	–	–	–	4.501	4.501	–	(4.501)	–
Juros sobre o capital próprio - R\$292.307,69 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(133.000)	(133.000)
Dividendos obrigatórios - R\$24.837,36 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(11.301)	(11.301)
Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)	1.738.524	238.750	(24.955)	45.642	1.516.891	1.562.533	(46.912)	–	3.467.940
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 116, de 22/01/2015	128.078	(128.078)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 135, de 03/04/2015	65.349	(65.349)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital com Juros sobre capital próprio conforme AGE de 15/04/2015	–	39.304	–	–	–	–	–	–	39.304
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 173, de 25/05/2015	45.323	(45.323)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 240, de 21/08/2015	39.304	(39.304)	–	–	–	–	–	–	–
Redução de capital conforme AGE de 30/11/2015	–	(59.816)	–	–	–	–	–	–	(59.816)
Redução de capital, aprovado pela PORTARIA SUSEP/DIRAT N° 6412, de 09/12/2015	(59.816)	59.816	–	–	–	–	–	–	–
Reversão de reserva estatutária - reflexo de combinação de negócios (nota 2.2)	–	–	–	–	(6.979)	(6.979)	–	6.979	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(39.055)	–	(39.055)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	612.355	612.355
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	–	–	–	30.967	–	30.967	–	(30.967)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	416.525	416.525	–	(416.525)	–
Dividendos antecipados - R\$10.412,80 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(4.717)	(4.717)
Juros sobre o capital próprio - R\$364.238,41 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(165.000)	(165.000)
Dividendos obrigatórios - R\$4.690,95 por ação	–	–	–	–	–	–	–	(2.125)	(2.125)
Saldos em 31/12/2015	1.956.762	–	(24.955)	76.609	1.926.437	2.003.046	(85.967)	–	3.848.886

resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 4 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **3.8.1. Provisão para prêmios não ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.8.2. Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. **3.8.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.4. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.8.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica dos últimos 60 meses. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.8.5. Provisão para despesas relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. **3.9. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros- ETTJ livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas deficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC. **3.10. Provisões para processos judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. **3.10.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o agrupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras na rubrica “Contas a pagar - obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.11. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.12. Plano de incentivos baseado em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. O plano foi precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binominal para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. Atualmente ainda existem opções em aberto dos programas de 2010 e 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica

“Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). **3.13. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.14. Classificação dos contratos:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **Classificação dos contratos:** A Companhia analisa seus contratos através de processo estruturado, buscando a identificação da essência de cada uma das operações e de componentes existentes nesses contratos, cujas normas exigem tratamento contábil diferenciado ao do contrato em alguns casos, como por exemplo os derivativos embutidos, os componentes de depósito e participações discricionárias, previstos na norma CPC 11, para que possa ser feito o devido registro contábil de cada um dos contratos e componentes. Os contratos de seguros são aqueles onde uma seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso. Os contratos de resseguro também estão inseridos nesse contexto. Os ativos adquiridos como leasing operacional têm as parcelas dos contratos mensalmente registradas no resultado, sendo tratados como aluguel, conforme determina o CPC 06. **3.15. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como “Depósitos de terceiros” e “Salvados e ressarcimentos”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.16. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2). **3.17. Normas emitidas e revisadas:** **3.17.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Atualização das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015:** A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas: • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Modificações à IAS 27 – Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS – Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Modificações à IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas

novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of sponsoring Organizations of the treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a SulAmérica apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feito de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir: **1ª Linha de defesa:** • **Donos dos riscos:** Responsáveis por fornecer insumos para a área de riscos corporativos nas etapas de ERM. Além, de monitorar os riscos mantendo os controles internos eficientes, supervisionam e propõe planos de ação para a mitigação dos mesmos. • **Unidades de negócio e áreas de apoio:** Áreas da Companhia que possuem riscos inerentes às suas operações. **2ª Linha de defesa:** • **Comitê de riscos:** Responsável pelas decisões relacionadas a todas as etapas do processo de ERM, além de monitorar os limites e tolerância aos riscos, definidos no apetite à riscos vigente. • **Área de riscos corporativos:** Executa as etapas do processo de ERM, prioriza os riscos, modela os impactos de quantificação e fornece relatórios para o gerenciamento de riscos. Reporta estas atividades ao CoR. • **Compliance:** Responsável por monitorar e reportar a situação da Companhia frente aos limites regulatórios e internos. • **Área de segurança da informação:** Responsável por identificar, monitorar e gerar planos de ação referentes aos riscos associados aos fluxos e trocas de dados contendo informações de uso restrito da Companhia. **3ª Linha de defesa:** • **Comitê de auditoria:** Tem, dentre suas atividades, o papel de avaliar o processo de ERM entre as linhas de defesa verificando o cumprimento dos protocolos estabelecidos pelas políticas vigentes. • **Auditoria interna de riscos:** Provê avaliações sobre a eficácia da governança e do processo de ERM, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a SulAmérica está sujeita. A SulAmérica desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais (incluindo risco de compliance). As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos estratégicos:** É decorrente do risco de perdas pelo insucesso das estratégias adotadas pela SulAmérica e inclui o risco de sustentabilidade. A SulAmérica conta hoje com áreas específicas focadas no gerenciamento dos planos estratégicos, responsáveis por monitorar o market share e a imagem da organização no mercado. Além do monitoramento das variáveis de impacto nas estratégias adotadas pela SulAmérica, a Vice-Presidência de Planejamento e Marketing tem como foco elaborar planos de ação para mitigação dos potenciais riscos estratégicos que possam afetar os resultados esperados relacionados às iniciativas. É função do Comitê de Sustentabilidade coordenar as ações referentes ao tratamento dos riscos socioambientais e de sustentabilidade que em sua avaliação possam prejudicar os resultados da Companhia no curto ou longo prazo em quantidade superior aos limites estabelecido no apetite a riscos vigente. Com presença em todo território nacional, a SulAmérica diversifica seus negócios no que diz respeito à concentração de riscos em um mesmo produto ou região. Caso a SulAmérica comercializasse produtos em um único ramo de negócios e em uma única região do país, seus resultados estariam totalmente dependentes do sucesso dos resultados deste ramo e região. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios da Companhia por região e por classe de negócio:

	2015											2014	
Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total	
Automóvel	65,54%	1,53%	11,80%	6,03%	15,10%	100%	64,69%	1,55%	11,92%	6,22%	15,62%	100%	
Cascos (a)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	90,82%	0,00%	4,75%	0,00%	4,43%	100%	
Condominial	52,90%	2,59%	12,68%	7,16%	24,67%	100%	53,90%	2,28%	11,70%	7,42%	24,70%	100%	
Empresarial	58,49%	0,22%	8,15%	2,82%	30,32%	100%	61,26%	1,51%	6,67%	2,35%	28,21%	100%	
Habitacional	3,24%	0,00%	0,00%	76,99%	19,77%	100%	2,79%	0,00%	0,00%	80,99%	16,22%	100%	
Patrimonial demais	65,71%	1,60%	12,27%	6,08%	14,34%	100%	67,11%	1,55%	11,70%	5,71%	13,93%	100%	
Pessoas demais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%	
Residencial	40,40%	0,57%	4,00%	4,02%	51,01%	100%	39,62%	0,64%	3,72%	4,28%	51,74%	100%	
Responsabilidades	59,44%	1,10%	9,95%	4,15%	25,36%	100%	83,69%	0,40%	4,35%	1,33%	10,23%	100%	
Rural/Animais (a)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	44,36%	6,72%	3,54%	2,41%	42,97%	100%	
Transporte nacional (a)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	55,76%	0,11%	6,40%	2,56%	35,17%	100%	
Transportes demais (a)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	70,05%	0,00%	2,59%	0,15%	27,21%	100%	
Vida em grupo	78,47%	0,68%	6,93%	2,84%	11,08%	100%	75,22%	0,68%	7,76%	3,92%	12,42%	100%	
Outros	52,53%	2,61%	20,47%	9,75%	14,64%	100%	54,89%	2,30%	18,17%	12,93%	11,71%	100%	

(a) A redução da concentração dos prêmios por ramos está impactada pela venda da carteira de grandes riscos conforme exposto na nota 1.1. **4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas especificações ou na constituição das provisões técnicas. Em produtos relacionados à linha de negócio de Danos, os riscos de precificação decorrem da inadequação do preço dos produtos comercializados, assim como os riscos na constituição de provisão oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de riscos antes da tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, e nos acompanhamentos periódicos de produtos, a SulAmérica possui o PARP, que é um Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP). Este procedimento é avaliado tendo em vista os seguintes aspectos: • **Preço e subscrição:** Visando o retorno de metas estabelecidas; • **Risco de fraude:** Exposição a riscos de fraude e/ou lavagem de dinheiro; • **Comercial:** Viabilidade de alcançar a expectativa de vendas, análises do escopo e competitividade do produto, dos canais de distribuição e da política de preço/aceitação; • **Compliance:** Riscos de lavagem de dinheiro e riscos de reputação (corrupção) relacionada a atividades ilícitas; • **Contábil:** Implicações na contabilização dos resultados e se as regras de cálculo dos tributos estão corretas; • **Financeiro:** Avaliação dos impactos do produto nas seguintes áreas: geração de caixa, no caixa livre, controle de investimentos, compras, contas a pagar, a receber, cobrança e tesouraria;

	2015							
	Automóveis				Outros ramos elementares			
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(90.515)	(54.309)	(90.515)	(54.309)	(9.567)	(5.740)	(8.288)	(4.973)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(22.255)	(13.353)	(22.255)	(13.353)	(3.634)	(2.181)	(3.634)	(2.181)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(37.634)	(22.581)	(37.634)	(22.581)	(3.994)	(2.396)	(3.994)	(2.396)
Redução de 5% na sinistralidade	90.515	54.309	90.515	54.309	9.567	5.740	8.288	4.973
Redução de 5% nas despesas administrativas	22.255	13.353	22.255	13.353	3.634	2.181	3.634	2.181
Redução de 5% nos custos de aquisição	37.634	22.581	37.634	22.581	3.994	2.396	3.994	2.396

	2014							
	Automóveis				Outros ramos elementares			
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas								
Aumento de 5% na sinistralidade	(81.252)	(48.751)	(81.252)	(48.751)	(10.342)	(6.205)	(8.749)	(5.249)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(19.794)	(11.876)	(19.794)	(11.876)	(3.721)	(2.233)	(3.721)	(2.233)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(33.346)	(20.007)	(33.346)	(20.007)	(4.362)	(2.617)	(4.362)	(2.617)
Redução de 5% na sinistralidade	81.252	48.751	81.252	48.751	10.342	6.205	8.749	5.249
Redução de 5% nas despesas administrativas	19.794	11.876	19.794	11.876	3.721	2.233	3.721	2.233
Redução de 5% nos custos de aquisição	33.346	20.007	33.346	20.007	4.362	2.617	4.362	2.617

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas para pagamento dos eventos indenizáveis é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Como suporte às metodologias utilizadas no cálculo de provisões e entendimento do tamanho dos riscos envolvidos no processo, a SulAmérica conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões.

<

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:									2015
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total	
	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor contábil	Valor de mercado			
Títulos de renda fixa - privados	—	—	262.551	267.102	—	—		267.102	
Debêntures									
Pós-fixado IPCA	—	—	4.398	4.001	—	—	IPCA + 5,1%a.a.	4.001	
Letras financeiras	—	—	258.153	263.101	—	—	112,95%CDI	263.101	
Títulos de renda fixa - públicos	—	—	1.121.987	1.083.266	168.486	167.306		1.251.752	
Letras financeiras do tesouro	—	—	659.841	659.818	—	—	SELIC	659.818	
Letras do tesouro nacional									
Pré-fixado	—	—	152.845	146.843	—	—	11,22%a.a.	146.843	
Notas do tesouro nacional									
Série B - pós-fixado IPCA	—	—	309.301	276.605	168.486	167.306	IPCA + 5,03%a.a.	445.091	
Títulos de renda variável	—	—	157	92	—	—		92	
Ações	—	—	157	237	—	—		237	
Valor recuperável	—	—		(145)	—	—		(145)	
Cotas de fundos de investimentos	269.396	269.250	—	—	—	—		269.250	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	180.663	180.663	—	—	—	—		180.663	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	88.733	88.587	—	—	—	—		88.587	
DPGE pós CDI	1.367	1.367	—	—	—	—	109%CDI	1.367	
Debêntures pós-fixado CDI	1.013	996	—	—	—	—	108,75%CDI	996	
Letras financeiras	26.731	26.725	—	—	—	—	105,85%CDI	26.725	
Letras financeiras do tesouro	33.071	33.071	—	—	—	—	SELIC	33.071	
Letras do tesouro nacional pré-fixado	4.893	4.809	—	—	—	—	13,46%a.a.	4.809	
NTNB - IPCA	1.630	1.591	—	—	—	—	IPCA + 6,32%a.a.	1.591	
Operações compromissadas	19.323	19.323	—	—	—	—	SELIC	19.323	
Outros	705	705	—	—	—	—		705	
TOTAL	269.396	269.250	1.384.695	1.350.460	168.486	167.306		1.788.196	
Percentual total - contábil		15,06%		75,52%	9,42%			100,00%	
Outras aplicações								2.209	
Total								1.790.405	
Circulante								1.622.932	
Não circulante								167.473	

									2014
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total	
	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor contábil	Valor de mercado			
Títulos de renda fixa - privados	—	—	235.776	237.937	—	—		237.937	
Certificados de depósito bancário									
Pós-fixado IPCA	—	—	18.550	18.908	—	—	IPCA + 7,97%a.a.	18.908	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC									
Pós-fixado CDI	—	—	2.500	2.500	—	—	112%CDI	2.500	
Debêntures									
Pós-fixado CDI	—	—	3.371	3.371	—	—	106,5%CDI	3.371	
Pós-fixado IPCA	—	—	3.979	3.683	—	—	IPCA + 5,1%a.a.	3.683	
Letras financeiras	—	—	207.376	209.475	—	—	112,77%CDI	209.475	
Títulos de renda fixa - públicos	—	—	1.254.677	1.227.725	262.888	265.192		1.490.613	
Letras financeiras do tesouro	—	—	863.630	863.142	—	—	SELIC	863.142	
Letras do tesouro nacional									
Pré-fixado	—	—	137.536	133.330	—	—	11,22%a.a.	133.330	
Notas do tesouro nacional									
Série B - pós-fixado IPCA	—	—	253.511	231.253	262.888	265.192	IPCA + 5,25%a.a.	494.141	
Títulos de renda variável	—	—	157	185	—	—		185	
Ações	—	—	157	325	—	—		325	
Valor recuperável	—	—	—	(140)	—	—		(140)	
Cotas de fundos de investimentos	151.278	151.285	—	—	—	—		151.285	
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	100.506	100.506	—	—	—	—		100.506	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	50.772	50.779	—	—	—	—		50.779	
DPGE pós CDI	1.194	1.195	—	—	—	—	CDI	1.195	
Debêntures pós-fixado CDI	1.010	1.010	—	—	—	—	108,75%CDI	1.010	
Letras financeiras	12.908	12.916	—	—	—	—	106,55%CDI	12.916	
Letras financeiras do tesouro	2.905	2.903	—	—	—	—	SELIC	2.903	
Letras do tesouro nacional pré-fixado	9.996	9.996	—	—	—	—	11,71%a.a.	9.996	
Operações compromissadas	22.869	22.869	—	—	—	—	SELIC	22.869	
Contas a pagar de fundos, líquidas	(110)	(110)	—	—	—	—		(110)	
Total	151.278	151.285	1.490.610	1.465.847	262.888	265.192		1.880.020	
Percentual total contábil		8,05%		77,97%	13,98%			100,00%	
Outras aplicações								1.884	
Total								1.881.904	
Circulante								1.729.265	
Não circulante								152.639	

6.2. Movimentação das aplicações:				
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2014	163.131	1.159.182	246.359	1.568.672
Aplicações	8.091.629	932.383	—	9.024.012
Rendimento-resgate (a)	(12.139)	(80.357)	(15.120)	(107.616)
Principal resgate	(8.105.454)	(684.578)	—	(8.790.032)
Resultado financeiro	15.636	136.473	31.649	183.758
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.518)	—	—	(1.518)
Ajuste no patrimônio líquido	—	2.744	—	2.744
Saldo em 31/12/2014	151.285	1.465.847	262.888	1.880.020

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2014	151.285	1.465.847	262.888	1.880.020
Aplicações	6.381.157	585.343	—	6.966.500
Rendimento resgate (a)	(17.961)	(182.346)	(12.952)	(213.259)
Principal resgate	(6.267.842)	(699.118)	(115.223)	(7.082.183)
Resultado financeiro	22.504	190.204	33.773	246.481
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	107	—	—	107
Ajuste no patrimônio líquido	—	(9.470)	—	(9.470)
Saldo em 31/12/2015	269.250	1.350.460	168.486	1.788.196

(a) O valor desta linha na classificação “Mantido até o vencimento” se refere aos juros e atualização monetária recebidos anualmente do título NTN-B.

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: • A metodologia de VaR paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

2015		
Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	(34)	—
IPCA	879	97
Renda variável	—	—
Outros	695	340
Total	1.540	437

2014		
Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	150	11
IPCA	1.197	110
Renda variável	1	—
Outros	250	—
Total	1.598	121

Os ativos referenciados a Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2015, foi de R\$108 (R\$686 em 2014). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação.

6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços)

ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1: Títulos de renda variável: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2: Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; **Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição			2015
	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	58.794	210.456	269.250
Disponível para venda	1.083.358	267.102	1.350.460
Mantido até o vencimento	167.306	—	167.306
Total	1.309.458	477.558	1.787.016

Descrição			2014
	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	35.768	115.517	151.285
Disponível para venda	1.227.910	237.937	1.465.847
Mantido até o vencimento	265.192	—	265.192
Total	1.528.870	353.454	1.882.324

7. Prêmios a receber: 7.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 5 meses, influenciado pelo segmento de automóveis. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

				Redução ao valor recuperável	Total
				(10.055)	803.246
Saldo em 01/01/2014	813.301				
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	3.807.242	(65.215)		3.742.027	
RVNE	27.370	—		27.370	
Recebimentos / reversão	(3.772.739)	4.155	(3.768.584)		
Saldo em 31/12/2014	875.174	(71.115)			804.059
Circulante					803.850
Não circulante					209

				Redução ao valor recuperável	Total
				(71.115)	804.059
Saldo em 31/12/2014	875.174				
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	4.274.363	(2.174)		4.272.189	
RVNE	7.703	—		7.703	
Recebimentos / reversão	(4.141.550)	802	(4.140.748)		
Alienação da carteira de grandes riscos (a)	(76.350)	5.856	(70.494)		
Saldo em 31/12/2015	939.340	(66.631)			872.709
Circulante					872.709

(a) Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos conforme exposto na nota 1.1. **7.2. Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	325.162	325.666
A vencer entre 31 e 60 dias	174.918	144.799
A vencer entre 61 e 180 dias	269.529	231.806
A vencer entre 181 e 365 dias	32.188	27.198
A vencer acima de 365 dias	—	209
Total	801.797	729.678
Redução ao valor recuperável	(200)	(834)
Total a vencer	801.597	728.844
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	31.912	35.218
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.014	1.505
Vencidos entre 61 e 180 dias	2.245	2.702
Vencidos entre 181 e 365 dias	1.168	97.161
Vencidos acima de 365 dias (a)	100.204	8.910
Total	137.543	145.496
Redução ao valor recuperável	(66.431)	(70.281)
Total vencidos	71.112	75.215
Total prêmios a receber	939.340	875.174
Total de redução ao valor recuperável (b)	(66.631)	(71.115)
Total	872.709	804.059

(a) Entre os prêmios vencidos acima de 365 dias, o principal valor é o de R\$59.293, referente a prêmios a receber de apólice de seguro do ramo riscos diversos no valor de R\$95.293, com 99,4% de resseguro cedido. A SulAmérica recebeu parte do valor e estava negociando o recebimento do saldo restante. Em janeiro de 2016, este saldo residual foi integralmente recebido; (b) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), depósitos judiciais e, quando aplicáveis, cosseguro e resseguro. A contabilização é feita no balanço patrimonial pelos valores brutos, dando maior transparência para a redução do valor recuperável de cada parte, e na demonstração de resultados pelos valores líquidos, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro. **8. Ativos e passivos de resseguro: 8.1. Operações com resseguradoras:**

Descrição	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
IRB - Conta movimento (a)	156	156	—	—
Adiantamento de sinistro	—	—	(75)	15.231
Recuperação de indenização e prêmios				
líquidos de comissão (b)	12.421	27.955	6.136	59.419
Juros sobre prêmios	—	—	2	23
Salvados e ressarcimentos	—	—	154	1.136
Redução ao valor recuperável (c)	(1.111)	(7.561)	—	—
Outros	85	915	—	—
Total	11.551	21.465	6.217	75.809
Circulante	11.479	20.863	6.217	75.809
Não circulante	72	602	—	—

<

Pessoas				Danos						
Descrição	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Danos 2015		Danos 2014	
							Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado
Até 02 Anos	2.028	92.933	45.826	2.505	110.914	50.319				
02 a 05 Anos	1.536	110.480	60.172	1.716	122.915	54.373				
05 a 10 Anos	626	67.107	39.320	904	251.634	208.648				
Mais de 10 Anos	279	57.725	36.851	355	90.505	49.806				
Total (a)	4.469	328.245	182.169	5.480	575.968	363.146				
Pessoas							Pessoas			
Descrição	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	2015		2014	
							Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado
Até 02 Anos	—	—	—	1	298	179				
02 a 05 Anos	3	733	200	4	722	345				
05 a 10 Anos	3	974	823	4	834	356				
Total	6	1.707	1.023	9	1.854	880				
Total	4.475	329.952	183.192	5.489	577.822	364.026				

(a) A redução está impactada pela venda da carteira de grandes riscos conforme exposto na nota 1.1. Em 31/12/2015, o valor total em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$137.526 (R\$1.792.470 em 2014), com resseguro de R\$118.706 (R\$1.624.409 em 2014), que representa um valor residual de R\$18.820 (R\$168.061 em 2014). Em 2015, houve a reclassificação favorável a Companhia, de um sinistro judicial de riscos diversos no montante de R\$1.515.505, com resseguro de R\$1.400.933, da probabilidade de perda “possível” para a “remota”, a partir da decisão dos advogados, embasada em conclusões da perícia de engenharia.

18.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Provisões técnicas de seguros			2.633.136	2.853.387
Total das provisões técnicas			2.633.136	2.853.387
(-) Ativos de resseguro – provisões técnicas			81.202	376.478
(-) Custo de aquisição diferido redutores de PPNG			276.000	224.191
(-) Depósitos judiciais			22.219	21.130
(-) Direitos creditórios			710.220	633.406
(-) Depósitos especiais/ provisões retidas – IRB			—	1.308
Montante a ser garantido			1.543.495	1.596.874
Ativos dados em garantia:				
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos			180.663	100.506
Cotas de fundos de investimentos exclusivos			88.586	50.781
Títulos de renda fixa – públicos			1.251.752	1.490.612
Títulos de renda fixa – privados			267.102	237.936
Total de ativos			1.788.103	1.879.835
Ativos livres			244.608	282.961

Em 31/12/2015 e 2014, a PSL contempla sinistros em disputa judicial, relacionados principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 31/12/2015 e 2014, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:										
Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—	38.781	38.272	—	—	—	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d)	Controladora direta	Sul América S.A.	85	14	100.698	94.532	216	151	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	393	7.262	—	—	15.956	15.338	—	—
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (d)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	—	522	—	—	—	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	148	345	27	110	(2.314)	(3.875)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	228	—	—	—	(1.881)	—
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	14.130	14.817	—	—	4.036	3.665	(794)	(696)
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	—	—	7	—	—	—	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	4	—	—	44	38	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	115	177	—	—	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—	—	—	(8.658)	(4.968)
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	—	—	—	—	—	—	—
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (d) (j)(k)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	252	—	183	25	—	—	(422)	(2)
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	—	—	—	—	(128)	(119)
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	—	—	—	—	(310)	(595)
Gouvea Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	—	—	—	—	—	—	(682)	(3.813)
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	27.744	34.662	14.574	14.606	318	9.509	(6.917)	(6.217)
Swiss Reinsurance Company (i)	Ligada	Outros	—	—	—	—	—	2	—	—
Swiss Re Brasil Resseguros S.A (i)	Ligada	Outros	703	490	103	197	371	473	(64)	(320)
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	—	—	412	412	—	—	—	—
Total			43.311	57.249	155.249	149.088	20.968	29.286	(22.170)	(20.605)

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde que as companhias contratam junto à SULAMED relacionados a seus funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à operação de resseguro; (j) Valor referente à sublocação do imóvel situado em São Paulo; e (k) Valor referente à contratação de títulos da capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição. Em 31/12/2015, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$98.264 (R\$3.926 em 2014), sendo R\$25.414 (R\$2.175 em 2014) para a SASA e R\$72.850 (R\$1.751 em 2014) para a SAEPAR. Em 31/12/2015, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$133.503 (R\$139.093 em 2014), sendo R\$133.503 (R\$138.867 em 2014) da CIA SAUDE e R\$226 em 2014 da SASG.

19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice–Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
Contas a pagar				
2015	11.771	8.291	5.062	25.124
2014	9.289	8.634	7.424	25.347
Despesas		Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
2015	(18.525)	(1.539)	(2.228)	(22.292)
2014	(17.835)	(1.488)	(1.909)	(21.232)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo pagamento com incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12).

20. Compromissos e ônus a liquidar.

20.1. Outros créditos: Em 31/12/2015, o saldo de R\$48.108 (R\$59.097 em 2014) da rubrica “Outros créditos”, no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$45.427 (R\$57.609 em 2014).

20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2.

20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP–M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2015 corresponde a R\$22.185 (R\$21.505 em 2014) registrados na rubrica “Despesas administrativas”. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato.

São Paulo: Em 04/12/2011, a Companhia, CIA SAUDE, SAUDE (incorporada pela CIA SAUDE) e SULASEG renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que expirariam em 03/12/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.821, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP–M,

Descrição	Saldos em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Alienação da carteira de grandes riscos	Alienação da carteira de apólices SF / AM	Saldos em 31/12/2015
Cíveis e trabalhistas:							
Cíveis	92.913	22.625	16.885	(36.162)	(8.846)	(413)	87.002
Honorários	9.518	2.617	—	(2.266)	(889)	(43)	8.937
Trabalhistas	43.885	8.938	4.258	(7.047)	—	—	50.034
Outros	1.940	66	312	(144)	—	—	2.174
Subtotal	148.256	34.246	21.455	(45.619)	(9.735)	(456)	148.147
Tributárias: (a)							
PIS	92.996	—	7.488	—	—	—	100.484
COFINS	103.529	—	7.475	—	—	—	111.004
CSLL	71.214	11.843	27.917	(22.070)	—	—	88.904
IRPJ	29.514	—	2.457	(4.876)	—	—	27.095
INSS	151.597	3.801	11.146	(1.640)	—	—	164.904
Honorários	10.179	381	392	(2.740)	—	—	8.212
Outros	4.735	—	344	—	—	—	5.079
Subtotal	463.764	16.025	57.219	(31.326)	—	—	505.682
Total							653.829
Circulante							24.700
Não circulante							629.129

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2015 são de R\$339.763 (R\$312.069 em 2014), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 15.1).

21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2015 e 2014, são:

COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas.

PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **22.7. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2015 e 2014, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Lucro antes dos impostos e participações	676.247	601.908
(-) Impostos e contribuições	(41.838)	(58.144)
(-) Participações	(22.054)	(16.293)
Lucro líquido do exercício	612.355	527.471
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	6.979	(3.887)
Lucro líquido do exercício após compensações	619.334	523.584
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(30.967)	(26.179)
Lucro líquido ajustado	588.367	497.405
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	147.092	124.351
(-) Dividendos antecipados considerados nos dividendos obrigatórios	4.717	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido considerado nos dividendos	140.250	113.050
Bruto	165.000	133.000
Imposto de renda	(24.750)	(19.950)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	2.125	11.301
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	416.525	353.104

23. Detalhamento das contas do resultado:

23.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2015			2014		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel - Casco	2.123.051	62,80%	23,20%	1.938.970	60,90%	22,70%
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	607.456	59,00%	19,00%	560.604	62,40%	18,70%
Assistência e Outras Coberturas – Auto	427.418	55,30%	19,20%	350.680	55,40%	19,20%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	79.324	34,70%	5,70%	73.145	34,50%	5,50%
Compreensivo Condomínio	50.262	61,70%	32,60%	55.775	66,80%	34,70%
Compreensivo Residencial	52.171	44,40%	36,80%	43.588	38,30%	39,30%
Marítimos (Casco)	29.644	52,90%	13,50%	30.593	28,20%	12,40%
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga - RCTRC-C	23.362	54,40%	22,40%	27.849	84,50%	23,10%
Riscos Nomeados e Operacionais	27.433	107,60%	2,10%	27.726	33,40%	0,00%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	29.788	5,90%	18,60%	27.575	9,30%	18,40%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas	22.330	13,80%	7,10%	20.180	7,10%	6,70%
Outros	159.777	64,20%	23,50%	196.328	89,70%	21,70%
Total	3.632.016			3.353.013		

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2015	2014
Sinistros	(2.431.875)	(2.214.152)
Recuperação de sinistros	(4.323)	(6.472)
Salvados e ressarcimentos	250.193	224.375
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	10.139	(29.936)
Total	(2.175.866)	(2.026.185)

23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2015	2014
Comissões:		
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(871.049)	(766.761)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	53.770	42.645
Sobre prêmios cedidos	547	412
Variação de custos de aquisição diferidos	31.183	11.421
Total	(785.549)	(712.283)

23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2015	2014
Despesas com operações de seguros	(55.003)	(37.471)
Serviços técnicos de seguros	-	(5.469)
Variação no valor recuperável dos prêmios e tributos a receber	(49.090)	(13.949)
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações de seguros	(30.889)	(33.871)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragóiti Lucas; **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria: Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho; **Diretores Vice-Presidentes:** Arthur Farne d’Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Avila; Eduardo Stefanello Dal Ri. **Diretores:** Amanda Camazano Senedesi; André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Enio Tetsuo Fukai; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Carlos dos Santos Vieira; José Fernando Conforto; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Patricia Quirico Coimbra; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roberto; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Solange Zaquem Thompson Motta. **Contador:** Mauro Reis d’Almeida - CRC RJ 066.620/O-7 **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria.** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atudária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações

Descrição	2015	2014
Receita com emissão de apólice	-	(14)
Outras despesas e receitas operacionais	(13.246)	(17.236)
Ágio na transferência da carteira	54.907	-
Total	(93.321)	(108.010)

23.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2015	2014
Receita com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	79.760	113.977
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(3.874)	4.164
Total	75.886	118.141
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(114.208)	(102.567)
Variação das provisões técnicas de resseguros	9.013	(13.485)
Salvados e ressarcimentos	(679)	(966)
Total	(105.874)	(117.018)
Outros resultados com resseguro		
Outros resultados com resseguro	217	-
Total	217	-
Resultado com operações de resseguro	(29.771)	1.123

23.6. Despesas administrativas:

Descrição	2015	2014
Pessoal próprio (a)	(246.014)	(205.469)
Incentivo de ações	(2.228)	(1.909)
Serviço de terceiros	(162.958)	(131.715)
Localização e funcionamento	(139.292)	(115.355)
Publicidade e propaganda	(12.636)	(17.204)
Recuperação de despesa administrativa	4.842	3.702
Outras despesas administrativas	(6.411)	(6.689)
Total	(564.697)	(474.639)

(a) Em 31/12/2015 e 2014, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

Descrição	2015	2014
Remunerações	(117.597)	(98.868)
Encargos sociais	(42.778)	(36.163)
Indenizações e rescisões	(20.430)	(17.202)
Vale alimentação, refeição e transporte	(30.958)	(22.552)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(9.686)	(5.850)
Previdência Privada	(2.276)	(1.565)
Outros benefícios	(3.509)	(3.941)
Total	(227.234)	(186.141)

23.7. Despesas com tributos:

Descrição	2015	2014
COFINS	(63.708)	(57.196)
PIS	(10.406)	(9.452)
Outros	(3.920)	(6.769)
Total	(78.034)	(73.417)

23.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	246.481	183.758
Valor justo por meio do resultado	22.504	15.636
Disponível para venda	190.204	136.473
Mantido até o vencimento	33.773	31.649
Operações de seguros - outros	46.287	51.512
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais		
	12.983	7.623
Outros	5.166	8.747
Total	310.917	251.640

23.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2015	2014
Valorização de cotas de fundos de investimentos	68.438	42.193
Títulos de renda fixa - privados	35.079	24.460
Títulos de renda fixa - públicos	190.254	147.299
Títulos de renda variável	19	13
Operações de seguros	147.663	114.736
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	60.939	46.931
Outras	12.050	13.520
Total	514.442	389.152

23.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2015	2014
Operações de seguros	(101.376)	(63.224)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(47.309)	(30.207)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(47.956)	(39.308)
Outras	(6.884)	(4.773)
Total	(203.525)	(137.512)

23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2015 e 2014, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2015			2014
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	676.247	676.247	601.908	601.908
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais (a)	(169.062)	(135.249)	(150.477)	(90.286)
Diferencial da alíquota da contribuição social	—	8.058	—	—

Correntes:

Adições:

Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(12.831)	(10.265)	(14.442)	(8.665)
Redução ao valor recuperável	(12.358)	(9.886)	(3.487)	(2.092)
Despesas não dedutíveis	(1.612)	(1.252)	(2.327)	(1.310)
Provisões indedutíveis	(617)	(494)	-	-
Outras adições	-	-	(2.678)	-
Subtotal	(27.418)	(21.897)	(22.934)	(12.067)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	111.148	88.918	96.694	58.016
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	258	206	2	1
Atualização de depósitos judiciais	11.950	9.560	9.106	5.464
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	1.662	1.330	-	-
Custo de apólices	-	-	1.340	804
Juros sobre capital próprio	20.001	16.001	12.001	7.201
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	3.904	2.343
Outras	5.287	1.205	-	3.296
Subtotal	150.306	117.220	123.047	77.125

Prejuízo fiscal e base negativa:


Constituições	-	-	-	3.623
Redução de incentivos fiscais	2.993	-	3.624	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(43.181)	(31.868)	(46.740)	(21.605)
Diferidos:				
Reversão - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	(3.623)
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	21.085	27.924	16.256	9.754
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(9.768)	(7.809)	(7.622)	(4.575)
Constituição / (reversão) - crédito tributário da redução ao valor recuperável	5.086	(3.307)	7	4
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	16.403	16.808	8.641	1.560
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(26.778)	(15.060)	(38.099)	(20.045)
Alíquota efetiva	3,96%	2,23%	6,33%	3,33%
Alíquota efetiva combinada		6,19%		9,66%

(a) A partir de Setembro/2015 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é de 20% de acordo com a Lei 13.169/2015; e a sua vigência será até 31/12/2018. **24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:**

			2015
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
Descrição			
Base de cálculo	(9.470)	(1.704)	(11.174)
Imposto de renda	2.368	426	2.794
Contribuição social	1.420	256	1.676
Total	3.788	682	4.470
Líquido	(5.682)	(1.022)	(6.704)

			2014
Ativos financeiros disponíveis para			
Descrição	venda	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	2.744	3.576	6.320
Imposto de renda	(686)	(894)	(1.580)
Contribuição social	(411)	(536)	(947)
Total	(1.097)	(1.430)	(2.527)
Líquido	1.647	2.146	3.793

25. Outras informações – seguros: Em 31/12/2015, a Companhia tinha a cobertura para danos materiais de R\$583.974 (R\$379.021 em 2014), cobertura para responsabilidade civil de R\$39.600 (R\$39.600 em 2014) e cobertura para perda de aluguel, danos elétricos e quebra de vidros de R\$59.111 (R\$49.236 em 2014), totalizando uma cobertura de R\$682.686 (R\$467.857 em 2014). **26. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa:** Conforme descrito na nota 22.1, a Companhia aumentou seu capital social com juros sobre capital próprio no montante de R\$39.304 e reduziu seu capital social, através de cisão parcial da Companhia em incorporação da parcela cindida pela SASG, no montante de R\$59.816. Ainda, conforme nota 14, a Companhia apresenta uma adição de intangíveis de R\$14.006, sendo que o montante de R\$1.924 encontra-se pendente de pagamento na rubrica de contas a pagar.

continuação	Sul América Companhia Nacional de Seguros CNPJ 33.041.062/0001-09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”) (“Comitê”) no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016. Renato Eyng - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas	
não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 23 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ Roberto Paulo Kenedi Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5	
	

Dados do IBGE mostram que desemprego subiu para 7,6%, maior taxa desde 2009

Número de pessoas com carteira assinada ficou estável em janeiro (11,6 milhões)

A taxa de desemprego para as seis principais regiões metropolitanas do país analisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu em janeiro para 7,6%, a maior para os meses de janeiro desde os 8,2% de janeiro de 2009.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foram divulgados ontem e indicam que a alta em relação a dezembro do ano passado (6,9%) é de 0,7 ponto percentual, passando a 2,3 pontos percentuais em relação a janeiro de 2015 (5,3%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desocupada em janeiro era de 1,9

milhão de pessoas, crescendo 8,4% (mais 146 mil pessoas) frente a dezembro último e 42,7% em relação a janeiro de 2015 (mais 562 mil pessoas em busca de trabalho).

Os dados relativos a emprego nas seis principais regiões metropolitanas do país indicam que havia em janeiro 23 milhões de pessoas integrando a população ocupada, um recuo de 1% na comparação mensal (menos 230 mil pessoas); e de -2,7% em relação a janeiro de 2015 (menos 643 mil pessoas).

Já o número de pessoas com carteira de trabalho assinada ficou estável em janeiro (11,6 milhões), embora tenha caído 2,8% (menos 336 mil pessoas) em

relação a janeiro de 2015.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE indicam que o rendimento médio real habitual dos trabalhadores caiu 1,3% em relação a dezembro de 2015, passando de R\$ 2.273,44 para R\$ 2.242,90); e 7,4% quando comparado a janeiro de 2015 (R\$ 2.421,51).

Também foi constatada retração na massa de rendimento médio real habitual, que em janeiro ficou em R\$ 52,1 bilhões. Quando comparada a dezembro do ano passado, a queda foi de 2,5%, passando a 10,4% na comparação anual.

Quanto à massa de rendimento médio real efetivo, que em janeiro ficou em R\$ 64,8 bilhões, houve crescimento de

8,8% em relação a dezembro último e queda de 9,6% em relação a dezembro de 2014.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego constatarem queda da taxa de desocupação em duas das seis regiões metropolitanas envolvidas na pesquisa e estabilidade nas outras quatro na comparação mensal.

Quando comparada a dezembro de 2015, a análise mensal mostrou que a taxa de desocupação subiu de 7% para 8,1% na região metropolitana de São Paulo e de 5,9% para 6,9% na de Belo Horizonte.

Já na comparação com janeiro de 2015, houve crescimento da taxa em janeiro deste ano em todas as regiões pesquisadas, com destaque

para Recife, onde o desemprego foi de 6,7% para 10,5% - alta de 3,8 pontos percentuais.

Em Salvador, a taxa passou de 9,6% para 11,8% (2,2 pontos percentuais); em Belo Horizonte, de 4,1% para 6,9% (2,8 pontos percentuais); no Rio de Janeiro, de 3,6% para 5,1% (1,5 ponto percentual; em São Paulo, de 5,7% para 8,1% (2,4 pontos percentuais); e em Porto Alegre, de 3,8% para 5,9% (2,1 pontos).

Embora a taxa de desocupação de 7,6% verificada em janeiro para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país tenha sido a maior desde 2009 (8,2%), por agrupamentos de atividade, de dezembro de 2015 para janeiro de 2016, houve

estabilidade em quase todos os setores.

As exceções foram educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade, que fecharam janeiro último com queda de 2,8% (111 mil pessoas), em relação a dezembro de 2015; e serviços domésticos, que fechou o mês passado com queda de 6,4% (93 mil pessoas), na mesma base de comparação.

Já em relação a janeiro de 2015, a população ocupada caiu 8,5% (menos 298 mil pessoas) na indústria e em outros serviços (-3,4%, 155 mil pessoas). Os demais grupamentos, segundo o IBGE, “não apresentaram variação estatisticamente significativa”.

Petroleiros da Bahia temem demissões de terceirizados com a desativação de sondas

Sindicato da categoria deve se reunir nos próximos dias para discutir situação

Para reduzir custos em investimentos, a Petrobras informou aos trabalhadores da Bahia que vai desativar, em março, todas as sondas de perfuração e exploração de petróleo, no estado. É o que diz o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindpetro), ao relatar uma reunião entre a categoria e a gerência de perfurações da empresa.

Segundo o Coordenador Geral do Sindicato, Deyvid Bacelar, todas as sondas serão hibernadas – nome técnico para a suspensão temporária do funcionamento. Com isso, a categoria teme os efeitos econômicos e sociais gerados

pelas demissões dos empregados das empresas terceirizadas. Em relação aos funcionários da Petrobras, o acordo coletivo da empresa prevê o direito de serem treinados e remanejados para outros setores.

“Quanto aos empregados das empresas contratadas, infelizmente, ocorre a demissão. Somente agora, em uma delas, 344 serão demitidos, além dos profissionais de limpeza, serviços gerais, transporte, alimentação e hotelaria. O comércio dessas cidades vai sentir o peso, o município também pode sentir a redução de impostos gerados por essas atividades. São regiões historicamente

prejudicadas pelo baixo investimento na área industrial, que agora estão sendo mais impactadas”, disse Dayvid Bacelar, que também é representante dos empregados no Conselho de Administração da Petrobras.

Bacelar acredita que, em 42 municípios baianos, cerca de 900 empregados serão afetados pelo cancelamento das atividades, mesmo que em caráter temporário, principalmente os de empresas terceirizadas. Ele lembrou ainda que, por exercerem atividades específicas ligadas ao petróleo, esses trabalhadores têm mais dificuldade para voltar ao mercado de trabalho.

Em nota, a Petrobras informou que o Plano de Negócios em vigor reduziu os investimentos previstos anteriormente. Sobre as sondas hibernadas, a empresa esclareceu que está “readequando sua frota de sondas aos atuais níveis de demandas e realizando ajustes na programação da perfuração dos poços”.

A empresa também citou o preço do petróleo no mercado internacional para determinar futuros investimentos: “Os investimentos serão mantidos conforme a economicidade dos projetos, face ao cenário internacional do valor do petróleo e taxa de câmbio.”

O Sindpetro disse que outra preocupação da categoria está relacionada à exploração das sondas que serão hibernadas. Segundo, ele as ferramentas ficarão inativas por um tempo, mas as atividades podem interessar a iniciativa privada.

“Se a Petrobras deixa de explorar e de fazer perfurações, consequentemente isso vai gerar uma repercussão na produção de petróleo nos campos maduros terrestres. A voracidade das empresas privadas vai ser maior e elas vão pressionar ainda mais o Governo Federal, o Congresso e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para que tenham acesso a essas

concessões que, hoje, estão nas mãos da Petrobras”.

O sindicato da categoria deve se reunir nos próximos dias e discutir formas de mobilizar os chefes dos executivos municipais e estadual.

A nota da Petrobras ainda informa que, atualmente, a empresa possui 69 concessões de produção em campos de petróleo no estado da Bahia, com atividades sendo desenvolvidas de forma rotineira em todos estes campos, além de 23 blocos exploratórios recentemente leiloados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com atividades previstas em contrato.

Ministro diz que diálogo permitiu a aprovação de projeto sobre ação da Petrobras no pré-sal

Senado aprovou com a participação obrigatória da estatal na exploração dos campos

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse ontem que a aprovação no Senado do projeto que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal foi fruto de uma negociação do governo com os parlamentares, apesar de o governo defender a manutenção da atual política.

“O governo tem que ser um governo de diálogo. A posição do governo é a posição defendida pelo bloco que defendeu a lei da política de petróleo, mas, em uma democracia, há

que se ter diálogo, e o que se demonstrou na quarta-feira é que há diálogo e que a articulação política do governo está fazendo o diálogo com diversas correntes”, disse Braga.

Na quarta-feira, o plenário do Senado aprovou o projeto de lei que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal, estabelecendo que a estatal terá a prerrogativa de escolher se quer ser operadora do campo ou se prefere se abster da exploração mínima de 30% a que a lei a obriga atualmente. O texto

ainda será votado na Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado após negociação do governo com os senadores para construir uma alternativa à proposta inicial, do senador José Serra (PSDB-SP), que defendia o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, mas não dava à estatal prioridade sobre os campos. Pelo substitutivo aprovado ontem, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética oferecer à Petrobras a exploração mínima em cada campo e a empresa se

manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

Segundo o ministro, havia três blocos no Senado defendendo posições diferentes: um queria manter a política atual, com participação obrigatória da Petrobras, outro defendia mudanças no regime e um terceiro defendia uma solução intermediária, que foi a posição vencedora. “O que o Senado votou foi um termo intermediário entre a posição que o bloco do PT e do governo defendia e uma proposta que flexibiliza, mas mantém a questão do controle

do estado e de uma política estratégica do estado brasileiro, e não da Petrobras, em torno da questão”, disse.

O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) considerou também um avanço importante para o país e para setor de óleo e gás a aprovação do projeto. Segundo o IBP, se for aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a mudança vai atrair novos investimentos, imprimir novo ritmo ao desenvolvimento do pré-sal e estimular toda a cadeia de

fornecedores da indústria do petróleo, gerando empregos, tributos e renda.

“A experiência demonstra que a diversidade de operadores, com diferentes estratégias e competências, favorece o desenvolvimento tecnológico, estimula a indústria brasileira de bens e serviços, promove a competitividade e melhor potencializa o valor dos recursos naturais do país”, disse o IBP, entidade sem fins lucrativos que representa empresas dos setores de petróleo, gás, e biocombustível no Brasil.